

A LITERATURA INFANTIL REPUBLICANA: A FORMAÇÃO MORAL E CÍVICA DAS CRIANÇAS BRASILEIRAS (1889-1930)

CHILDREN'S LITERATURE FROM THE REPUBLICAN PERIOD: THE MORAL AND CIVIC EDUCATION FOR BRAZILIAN CHILDREN (1889-1930)

LA LITERATURA INFANTIL EN EL PERÍODO REPUBLICANO: LA FORMACIÓN MORAL Y CÍVICA DE LOS NIÑOS BRASILEÑOS (1889-1930)

Cristiano de Jesus Ferronato ¹

Laís Pacifico Martineli ²

Maria Cristina Gomes Machado ³

Resumo: Esse estudo investiga os livros infantis produzidos nos anos iniciais da Primeira República (1889-1930) no Brasil, com ênfase no seu teor pedagógico em relação ao projeto de educação intelectual, moral e cívica das crianças brasileiras. Para tanto, elucidamos o contexto histórico e educacional daquele momento. Isso ocorreu devido à demanda de livros de leitura infantil escolar para a educação das crianças brasileiras. Neste sentido, observamos que houve um aumento de publicações infantis para a utilização como segundo livro de leitura. Notou-se, então, que a maior parte dos livros infantis apresentavam temas didáticos, destacando a formação do cidadão e do trabalhador nacional. Os livros estudados mostram temas e valores semelhantes, bem como um modelo de criança como um adulto em miniatura. Isso revela que essas características recorrentes nos livros eram importantes para a manutenção do projeto educacional de sustentação e legitimação do novo regime republicano.

Palavras-chave: Educação; História da Educação; Infância e Literatura.

Abstract: This study investigates the children's books produced in the early years of the First Republic (1889-1930) in Brazil. The focus is on its pedagogical content with regard to the intellectual, moral and civic education project for Brazilian children. In this way, we have clarified the historical and educational context of that moment. So, there was a demand for children's school reading books for Brazilian children. Thus, we observed that there was an increase in children's publications for use as a second reading book. It was noted that most children's books presented didactic themes, such as: citizen training and the national worker. The studied books show similar themes and values. They also show a child model as mini-adults. All this show that these characteristics in the books were important for the servicing of the educational support project and legitimization of the new Republican period.

Keywords: Education; History of Education; Childhood and Literature.

Resumen: Este estudio investiga los libros infantiles producidos en los primeros años de la Primera República (1889-1930) en Brasil. El estudio enfatiza su contenido pedagógico en relación al proyecto de educación intelectual, moral y cívica de los niños brasileños. De este modo, aclaramos el contexto histórico y educativo de ese momento. Por eso, se exigía la lectura de libros infantiles de la escuela para la educación de los niños brasileños. Por lo tanto, observamos que había un aumento en las publicaciones de los niños para su uso como un libro de segunda lectura. Se observó que la mayoría de los libros infantiles presentaban temas didáticos como la formación del ciudadano y del trabajador nacional. Los libros estudiados muestran temas y valores similares. Muestran también un modelo infantil como un adulto en miniatura. Esto nos revela que estas características en los libros fueron importantes para el mantenimiento del proyecto educativo de apoyo y legitimación del nuevo régimen Republicano.

Palabras-clave: Educación; Historia de la Educación; Niñez y Literatura..

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes (UNIT), Aracaju, SE. cristiano_jesus@unit.br

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, PR. lpmartineli@gmail.com

³ Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, PR. Bolsista Produtividade do CNPq. mcgm.uem@gmail.com

INTRODUÇÃO

Esse estudo tem como objetivo apresentar os livros infantis produzidos nos anos iniciais da Primeira República (1889-1930) no Brasil, com ênfase no teor pedagógico dessas produções, elaboradas para atender a uma política educacional que buscava promover uma educação intelectual, moral e cívica para as crianças brasileiras. Para tanto, elucidamos o contexto histórico e educacional dos anos iniciais da República Velha, em que houve a demanda por livros de leitura destinados às crianças nas escolas, o que levou a um aumento de publicações de livros para a leitura infantil.

No contexto em que se situa essa pesquisa, a literatura infantil brasileira esboçava os passos iniciais de sua produção. A produção literária infantil europeia, por sua vez, estava consolidada e contava com a publicação de títulos clássicos, até hoje lidos por crianças do mundo inteiro, como *Robinson Crusoe* (1719) e *Alice no país das maravilhas* (1863). Esse contexto, de transição do século XIX para o XX, foi um período de mudanças no que se refere à trajetória histórica brasileira. Entre estas, destacamos a abolição do trabalho escravo (1888) e a queda do Regime Monárquico (1889), dando lugar a uma nova forma de governo: a República. No que se refere ao tema aqui analisado, entendemos que tal cenário se apresentou favorável para a difusão da ideia da necessidade de escolarização e produção regular de livros de leitura, especialmente aqueles dedicados às crianças.

Desta forma, questionamos qual justificativa histórica levou inúmeros autores do período a publicarem livros originais destinados às crianças brasileiras nos anos iniciais da República e quais foram os livros publicados. Partimos da consideração de que a Primeira República corresponde ao momento em que a literatura infantil brasileira começou a se estruturar e se solidificar. Optamos, assim, pela apresentação dos livros para crianças publicados no momento em que a literatura infantil brasileira tornou-se importante como material de leitura e instrumento de formação da criança, e a ser foco de atenção dos autores, sobretudo os pensadores envolvidos com a educação republicana. Nesse sentido, temos como objeto de análise a literatura infantil brasileira republicana e a influência na formação moral e cívica das crianças brasileiras no período analisado.

O trabalho foi dividido em duas partes. A primeira parte apresentamos o contexto histórico e educacional do período e, no segundo momento, apresentamos os livros infantis publicados na Primeira República e qual a relação desses livros com a escola e o ensino da moralidade e do civismo.

A ESCOLA PÚBLICA REPUBLICANA: INSTALAÇÃO DOS GRUPOS ESCOLARES

Consideramos que a apresentação da história da produção dos livros infantis brasileiros exige, inicialmente, a elucidação das tentativas iniciais de reformas da educação nos anos finais da segunda metade do século XIX, com vistas à constituição da escola pública republicana no Brasil. Com base na leitura de autores que se dedicaram ao estudo da literatura infantil no Brasil, como Lajolo e Zilbermam (1999), Arroyo (1990) e Coelho (1984), verificamos que diversos textos infantis publicados no país foram produzidos nas duas décadas finais do século XIX. Esse foi o período em que as reformas educacionais no âmbito dos estados foram empreendidas, o que permite constatar que tais reformas, buscando configurar a escola aos moldes republicanos, necessitaram, dentre outros fatores, da elaboração de novos livros condizentes com os novos ideais que atendessem à demanda por materiais de leitura para as crianças.

Na transição entre os séculos XIX e XX, o Brasil foi cenário de muitas mudanças de cunho político, social e econômico. Uma dessas transformações foi justamente a mudança do regime político no ano de 1889 que encerrou o regime imperial brasileiro e iniciou o republicano. A mudança esteve amplamente amparada no discurso de modernização vigente, e teve a educação como um dos instrumentos de propagação de tais ideais. Souza (2004; 2006) afirma que foi atribuído à educação popular o importante papel de formação do cidadão republicano, consolidação do novo regime e promoção do desenvolvimento social e econômico. Os republicanos tinham a “[...] crença no poder da escola de moralizar, civilizar e consolidar a ordem social [...], tornando-se a justificativa ideológica para a constituição dos sistemas estatais de ensino” (SOUZA, 2006, p. 36). A escola pública passou a ser alvo de mudanças que buscavam adequá-la ao novo projeto de sociedade.

A difusão do acesso à leitura e escrita a toda a população brasileira, sem excluir qualquer categoria social, foi um dos objetivos empreendidos para, além de legitimar a imagem de um país em modernização, institucionalizar uma educação que estivesse de acordo com os novos ideais republicanos. Então, naquele momento, as reformas da educação pública do país começaram a eclodir (SOUZA, 2004; 2006).

Após a Proclamação da República, a educação brasileira não atendia as novas exigências do regime republicano. As discussões no âmbito do ensino primário divulgadas no regime Imperial foram marcadas pelas denúncias de que as condições do ensino eram precárias, seja na esfera estrutural (como os edifícios e as salas de aulas), seja na esfera pedagógica (como a organização pedagógica e os materiais didáticos para o ensino) na maioria das escolas, embora se registre um acirrado debate sobre a necessidade de mudanças. A educação brasileira do século XIX acontecia nas escolas isoladas, cujo ensino, ministrado por apenas um professor, era dado a inúmeras crianças de níveis de aprendizado diferenciados. O método de ensino era considerado tradicional.

Na busca por uma escola pública condizente com o novo regime político, as primeiras iniciativas para reforma educacional foram estabelecidas. No ano de 1893, em São Paulo, foi implantada uma escola primária com estrutura diferente da anterior, isto é, foi implantado o primeiro *grupo escolar* do país. Com os grupos escolares, a “[...] forma escolar destinada à grande obra de difusão da escolarização em massa consolidou a estrutura da escola graduada na educação brasileira [...]” (SOUZA, 2006, p. 59).

A denominação *grupo escolar* referia-se a reunião de várias (de quatro a dez) escolas unitárias que já existiam em uma região em um só prédio. Esse modelo de escola caracterizava-se como uma vantagem econômica, visto que havia a racionalização e o controle de custos por acontecer em um único edifício. No entanto, essas escolas reunidas eram apropriadas prioritariamente aos centros urbanos, nos quais a população era numerosa e a escolarização em massa era feita facilmente. Esse modelo de escola primária tinha todas as características de uma escola graduada, modelo de organização escolar implantado em diversos países da Europa e Estados Unidos no final do século XIX. Souza

(2004) descreve as características desse modelo de escola que buscou criar classes homogêneas, controlando o tempo e os conteúdos ofertados de modo ordenado, entre outras.

Além de a organização escolar ser orientada pelo modelo da escola graduada, a questão do método foi central no processo de reforma educacional da instrução pública no país pelo modelo dos grupos escolares. O método tradicional de ensino foi substituído pelo método intuitivo, paradigma de ensino amplamente divulgado no período e que já havia sido implantada na escola modelo de 1890.

Assim, por atender um número elevado de crianças, a nova configuração escolar implantada pela criação dos grupos escolares era adequada à escolarização das massas e a universalização da educação popular. Uma das principais intenções da instalação dos grupos escolares era a difusão da escolarização para toda a população, isto é, para as massas populares. Como nos explica Rossi (2006, p. 99), difundir a “[...] educação a toda a população era mudar suas práticas e sua mentalidade, construir valores civis e republicanos [...]. Tratava-se, acima de tudo, de homogeneizar as referências sociais do país.” Havia a necessidade, portanto, de homogeneizar costumes e hábitos, padronizar comportamentos e valores sociais para construir uma unidade para a nação, uma identidade nacional e forjar valores morais e cívicos. Além dessas causas, os republicanos tinham o desafio de desenvolver a democracia e a escola seria a instituição que prepararia o povo para o voto.

Rossi (2006) justifica essa necessidade apresentando o contexto que o Brasil enfrentava. O país recebeu no final do século XIX um significativo contingente de imigrantes que precisavam ser incorporadas à nação brasileira, no contexto de guerra, e criar uma cultura brasileira. Além disso, o regime monárquico acabara de ser destituído e havia a necessidade de conferir legitimidade à vida republicana.

A escola seria, então, o espaço de criação de uma tradição coletiva e de padronização da nação, além de preparar os indivíduos para o voto. Em concordância com a exposição de Rossi (2006), Souza (2006) acrescenta que foi nos grupos escolares que ocorreu a igualdade de direito à educação para ambos os sexos. Apesar de não existir a coeducação, a igualdade de educação para meninos e meninas nos mostra que era uma necessidade da época educar e instruir todos os

brasileiros, homens e mulheres, para criar um sentimento coletivo de pátria e unificar a nação. Para evitar a ruína da República, era necessário que todos as pessoas que viviam no Brasil se sentissem cidadãos brasileiros.

Os republicanos, então, implantaram em São Paulo um sistema de ensino público moderno e condizente com os ideais da República de universalizar o ensino para disseminar valores e regras sociais a todas as camadas sociais e legitimar a imagem de um país moderno, para assim, sustentar esse novo regime. A educação dos sentimentos infantis foram destacados:

Educar mais que instruir, eis a finalidade fundamental do ensino primário propugnado pelos reformadores da instrução pública no estado de São Paulo no início da República. A diferenciação entre educar e instruir sublimada por vários educadores na época não era simples questão semântica. Ela reportava a uma clara concepção de ensino – educar pressupunha um compromisso com a formação integral da criança que ia muito além da simples transmissão de conhecimentos úteis dados pela instrução e implicava essencialmente a formação do caráter mediante a aprendizagem da disciplina social – obediência, asseio, ordem, pontualidade, amor ao trabalho, honestidade, respeito às autoridades – virtudes morais e valores cívico-patrióticos necessários à formação do espírito de nacionalidade (SOUZA, 2004, p. 127).

Sendo assim, a escola não seria mais o espaço que ofereceria às crianças somente os conhecimentos científicos, como a leitura, a escrita e noções matemáticas. Na escola, os alunos deveriam ser educados para a vida social republicana, adquirindo as virtudes morais de um cidadão, como a honestidade, amor ao próximo e à família, e os valores patrióticos, como o amor à pátria e às coisas da terra. Observamos que os reformadores da educação buscavam a formação dual e concomitante do indivíduo na escola: a educação intelectual e a educação moral e patriótica.

Para atender a essa proposta de educação dual das crianças, todos os elementos e espaços da escola passaram a ser refletidos e organizados para contribuir com a formação do caráter mediante a aprendizagem da disciplina social, seja em sua organização física ou pedagógica. A

mobília escolar é um exemplo de recurso amplamente discutido no período, pois a construção de carteiras deveria favorecer a aprendizagem e a disciplina.

Outro exemplo de central importância são os materiais de leitura escolar. Souza (2004) nos mostra que os programas de ensino do período foram elaborados para atender as finalidades atribuídas à escola primária, como leitura, linguagem escrita, caligrafia, aritmética, geografia, ciências físicas e naturais e noções de higiene, instrução cívica e moral, ginástica e exercícios militares, música, desenho, geometria e trabalhos manuais. Nesse momento, Souza (2004) destaca que as disciplinas de instrução moral e cívica ganharam espaço especial na organização das disciplinas da escola primárias, surgindo a necessidade de organizar novos materiais de leitura, que estivessem de acordo com esses conteúdos.

Assim, notamos que o período das tentativas iniciais de reforma da educação no contexto da Primeira República coincide com o momento em que muitos livros para leitura infantil foram produzidos. No decorrer do século XIX encontram-se alguns registros do aparecimento de exemplares de obras para o público infantil. No entanto, no final desse século é que a preocupação com aquilo que seria lido pelas crianças, isto é, com uma literatura propriamente infantil começou efetivamente a aparecer, pois a quantidade de livros infantis publicados nesse período aumentou significativamente.

OS LIVROS INFANTIS ESCOLARES BRASILEIROS

Nas últimas décadas do século XIX a necessidade de produzir uma literatura propriamente infantil foi uma exigência das mudanças ocorridas no contexto brasileiro. Nesse sentido, Lajolo e Zilberman (1999, p. 23) nos revelam que a literatura infantil brasileira só veio a surgir “[...] quase no século XX, muito embora ao longo do século XIX reponte, registrada aqui e ali, a notícia do aparecimento de uma ou outra obra destinada a criança”. Não ignoramos, portanto, as antigas publicações cujo público alvo era direta ou indiretamente a criança. No entanto, essas publicações não caracterizavam uma produção regular destinada às crianças.

Como mencionamos, se compararmos com o surgimento da literatura infantil europeia, notamos que a produção de livros para as crianças brasileiras aconteceu cerca de dois séculos após o registro dos primeiros textos infantis naquele continente. Segundo as autoras, a literatura infantil europeia teve seu início às vésperas do século XVIII na França, quando, em 1697, Charles Perrault (1628-1703) publicou os *Contos da Mamãe Gansa*.

No Brasil, porém, a produção de livros infantis estava intimamente ligada à perpetuação dos ideais republicanos e à educação. Como afirmamos anteriormente, a escola da República recebeu um “novo” olhar e passou a ser vista como a instituição que prepararia os cidadãos para o novo regime político brasileiro. Além disso, nas três primeiras décadas da República, o modelo econômico brasileiro favoreceu o “[...] aparecimento de um contingente urbano virtualmente consumidor de bens culturais” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1999, p. 28). O “saber” passou a ser valorizado e com ele emergiram campanhas pela instrução, pela alfabetização e pela escola e uma preocupação com a falta de materiais adequados para a leitura das crianças brasileiras.

Por isso, a elaboração de livros que estivessem de acordo com o novo projeto de escola pública se apresentava como uma necessidade. As disciplinas que ganharam destaque nesse momento necessitavam de novos materiais de leitura, que estivessem em consonância com os ideais republicanos do período, isso é, que estivessem de acordo com a formação do cidadão. Lajolo e Zilberman (1999, p. 32) explicam que ocorreu uma “[...] aproximação brasileira de um projeto educativo e ideológico que via no texto infantil e na escola (e, em especial, em ambos superpostos) aliados imprescindíveis para a formação do cidadão”.

Os materiais de leitura que seriam utilizados no novo projeto de escola e de ensino primário do período deveriam, sobretudo, desenvolver sentimentos patrióticos e transmitir valores e regras essenciais para a homogeneização dos padrões brasileiros e, assim, a consolidação do regime republicano. Buscava-se formar um novo homem com o auxílio da leitura. Por isso, “Intelectuais, jornalistas e professores arregaçaram as mangas e puseram mãos à obra; começaram a produzir livros infantis que tinham um endereço certo: o corpo discente das escolas

igualmente reivindicadas como necessárias à consolidação do projeto de um Brasil moderno” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1999, p. 28). As reflexões de Coelho (1984), Arroyo (1990) e Carvalho (1982) nos apontam para a publicação de novos livros de leitura escolar nos últimos anos do Império e, mormente, nos primeiros anos da República.

Coelho (1984) esclarece que, quando se tratava de produção de textos para crianças nos anos iniciais do regime republicano nos referimos na maioria dos casos aos livros para uso de leitura escolar, isso é, devemos relacioná-los à escola, pois, para ela, “Literatura e Pedagogia, estavam ainda fortemente unidas” (COELHO, 1984, p. 340). Observamos que o momento da reforma da educação no país para implantação de um sistema público de ensino nos moldes republicanos, também foi o momento da publicação de muitos textos destinados às crianças no país. Esses textos, portanto, eram textos destinados à leitura na escola, o que explica a afirmação da autora de que literatura e pedagogia estavam unidas.

Podemos considerar, baseado nessa assertiva, que as discussões acerca de uma reforma na educação e, posteriormente, a implantação dos grupos escolares, além do forte desenvolvimento e estruturação de ideais nacionalistas no período, fez surgir a necessidade de uma nova configuração de texto infantil destinado à leitura escolar, que fosse ao encontro do projeto daquele modelo de escola tipicamente republicana. Por esse motivo, livros inéditos foram publicados, com conteúdos pertinentes a escolarização em massa.

Os livros publicados tinham uma intenção claramente pedagógica, buscando a formação do cidadão brasileiro, e caracterizavam-se como a primeira manifestação consciente da produção de literatura específica para crianças. Apesar de nosso interesse nesse estudo estar direcionado aos livros para a leitura infantil, não podemos ignorar o fato de que a preocupação em produzir livros de leitura escolar foi a “[...] primeira tentativa de realização de uma literatura para crianças” (COELHO, 1984, p. 341).

Sendo assim, podemos considerar que os livros de leitura elaborados nos primeiros anos da República configuraram-se como a base da literatura infantil brasileira. Em outras palavras, “[...] a Literatura Infantil, no Brasil, só começou a esboçar-se nos fins do século passado, quando a preocupação educacional tornou-se realidade”

(CARVALHO, 1982, p. 127). Nesse sentido, no momento em que a escola foi valorizada como aquela que seria responsável pelo desenvolvimento do país, os livros de leitura escolar adquiriram novo espaço nesse processo e a literatura infantil começou a se desenvolver para atender às exigências dessa escola.

Apesar de as bases de uma literatura infantil serem lançadas pela produção de livros para leitura escolar para crianças, não podemos considerar literatura escolar e literatura infantil como análogos. Arroyo (1990, p. 165) assevera que “[...] a literatura escolar não deve, nem pode ser confundida com literatura infantil propriamente dita.”. A diferença está, especialmente, na função de cada um deles. Enquanto um tem a função de transmitir valores e conhecimentos para a aprendizagem escolar, o outro “[...] é, ao mesmo tempo, recreação e terapia, suporte da cultura e o mais importante elemento de comunicação; mas, sobretudo, um instrumento de diálogo entre a criança e o adulto” (CARVALHO, 1982, p. 172). Portanto, a literatura infantil não exclui a transmissão de conhecimentos e valores, que são passados dos adultos para as crianças, mas não são direcionados especificamente à educação escolar.

É válido esclarecer que, apesar de suas diferenças, nessa análise dos livros escolares das primeiras décadas da República, que antecederam a literatura infantil no Brasil, nem sempre será possível estabelecer uma separação nítida entre os livros de entretenimento puro e aqueles destinados a aquisição de conhecimentos nas escolas, visto que é possível perceber que “[...] a literatura infantil propriamente dita partiu do livro escolar, do livro útil e funcional, de objetivo eminentemente didático” (ARROYO, 1990, p. 93).

Arroyo (1990) aponta outro importante fator que contribuiu para que autores brasileiros comessem a escrever livros adequados às crianças brasileiras. Esclarece que houve uma reação nacional em relação aos livros de leitura no país, devido ao predomínio de livros estrangeiros que não favoreciam a proposta de ensino republicana. Em sua maioria eram produzidos em Portugal e estavam descolados de nossa realidade nacional, levando a produção de uma literatura própria ou a novas traduções.

Observa-se, assim, um movimento que clamava por uma nova configuração de texto para as crianças brasileiras, reagindo contra a

hegemonia europeia no campo da literatura infantil do país. No geral, um panorama da literatura no país mostra que as “[...] classes intelectuais viviam fascinadas pela cultura francesa, e na literatura, continuávamos submetidos aos modelos portugueses” (LEMME, 2005, p. 166). No entanto, no final do século, os livros de outros países começavam a perder seu predomínio, por serem considerados inadequados à educação e instrução das crianças brasileiras, abrindo espaço para livros brasileiros originais, em especial, nesse primeiro momento, na área da leitura escolar. Isso significa que autores brasileiros começaram a produzir livros de leitura infantil para o povo brasileiro, que possuíam características singulares e distintas das estrangeiras. Por isso, os livros originais eram livros publicados no Brasil, escritos por escritores brasileiros, especificamente para o povo brasileiro.

Os inúmeros livros de leitura para crianças analisados publicados do decorrer da Primeira República, podem ser encontrados em diversas fontes bibliográficas utilizadas como referência nesse texto. Os livros elencados em nossa pesquisa, em sua maioria, apresentam conteúdos e temas parecidos entre si, isto é, buscam ensinar a moral e as virtudes cívicas. Tratam-se de livros de literatura produzidos com o objetivo de contribuir para a formação moral e cívica das crianças por meio da escola e da leitura.

Entre estes destacamos Romão Puiggari (1965-1904), que escreveu textos simples para as crianças, com ação, humor e rica em conhecimentos sobre a flora, fauna, geografia e tradições brasileiras. Suas obras são: *Coisas Brasileiras* (1893) e *Livros de Leitura* (1895). Joaquim José de Meneses Vieira (1848-1897) escreveu importantes obras didáticas desde 1868, entre elas, a de 1894, *Conheçamos Nossa Pátria; Conheçamos Nossa História*.

Francisco Vianna (1876-1935) publicou *Leituras Infantis* (1900), quatro volumes de contos e histórias que ensinavam as crianças por meio da diversão. Fausto Barreto e Carlos de Laet publicaram em 1895 a *Antologia Nacional*, livro muito utilizado em escolas nos anos iniciais do século XX, como o Colégio Pedro II do Rio de Janeiro. Viriato Correa publicou *Era uma vez* (1908), com João do Rio.

Felisberto de Carvalho (1840-1921) escreveu uma série didática que transmitia valores morais e cívicos, honra à família e aos deveres

cívicos (COELHO, 1984). São eles: *Noções de História Natural*; *Dicionário Gramatical*; *Elementos de Gramática de Língua Portuguesa*; *Exercícios de Aritmética e Geometria*; *Aritmética das Escolas Primárias*; *Exercícios de Estilo e Redação*, *Exercícios da Língua Portuguesa*; *Seleção de Autores Modernos*; *Instrução Moral e Cívica*; *Tratado de Metodologia*.

Alexina de Magalhães Pinto (1870-1921), escritora que lutou pela renovação do ensino da leitura infantil e pela nacionalização da cultura, por meio da descoberta das tradições populares e atendendo às necessidades das crianças (COELHO, 1984), escreveu *As Nossas Histórias* (1907), *Os Nossos Brinquedos* (1909), *Cantigas de Criança e do Povo e Danças Populares* (1916), livros de antologias folclóricas que tinham o objetivo de “[...] constituírem material adequado para celebrações escolares” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1999).

Arnaldo de Oliveira Barreto (1869-1925) foi um autor que traduziu histórias da mitologia grega como *O Velocino de Ouro* (1919), *Sindbad*, *o Marujo*, *Os Lusíadas* e *O Patinho Feio* (CARVALHO, 1982) para o público infantil brasileiro. No campo das antologias folclóricas publicou *A festa das aves* (1910), em parceria com Ramon Roca e Teodoro Moraes. Além disso, o autor escreveu livros como *Cartilha das Mães* (1895), *Leituras Moraes* (1896), *Cartilha Analítica: Primeiras Leituras* (1909); *Cartilha Nacional* (1909), *Ensino Simultâneo de Leitura e Escrita* (1919); *Cenário Infantil* (1919) e a 5ª edição de *Primeiras Leituras* (1919).

Nas antologias folclóricas encontramos as publicações da autora Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), como *A árvore* (1916), escritos em parceria com sua irmã Adelina Lopes Vieira (1850-1923). Além desses, escreveu *Contos infantis* (1886), novamente com sua irmã, *Histórias da nossa terra* (1907), livrinho com tema eminentemente nacional, *Era uma vez* (1917), *Jardim florido* (sem data). Presciliana D. de Almeida (1867-1944) escreveu o livro de antologia folclórica *Livro das Aves* (1914). Publicou também *Páginas Infantis*, em 1908.

Um dos mais conhecidos autores, que traduziu e adaptou contos de fundo folclórico foi o autor Alberto Figueiredo Pimentel (1869-1914). Ele nos ofereceu uma gama de livros cujo objetivo principal não era a transmissão de valores cívicos e patrióticos ou de regras sociais, isso é, não eram

livros de leitura escolar, mas sim livros para o entretenimento infantil.

Um de seus livros foi *Contos da Carochinha* (1894), que constitui em uma coletânea de contos de outros países, de diversos autores clássicos como Charles Perrault (1628-1703), Jacob Grimm (1785-1863) e Wilhelm Grimm (1786-1859), os irmãos Grimm, e Hans Christian Andersen (1805-1875) foram recompostos da tradição oral. Por meio desse livro, Pimentel criou a personagem mais tradicional da literatura infantil brasileira: Dona Carochinha. Além desse, é de Figueiredo Pimentel o livro *Histórias da avozinha* (1896), *Histórias da baratinha* (1896), *Álbum das Crianças*, *Teatrinho Infantil*, *Os meus brinquedos*, e a tradução adaptada de *O Mentiroso*, da Condessa de Ségur. Todos esses títulos foram editados pela Livraria Quaresma.

Para estudiosos como Coelho (1984), Arroyo (1990) e Carvalho (1982), Figueiredo Pimentel é figura de central importância na construção da literatura infantil brasileira. Para Carvalho (1982), ele foi o precursor da literatura infantil do país. Ele dedicou-se à infância com histórias maravilhosas, poesias, teatro, além de apresentar livros de tradição popular, com cantigas, jogos e brincadeiras tradicionais. Segundo ela, no momento da publicação dos livros de Pimentel, “[...] esboça-se entre nós uma Literatura Infantil, pois até então nada havia de nosso nesse gênero” (CARVALHO, 1982, p. 128). Além disso, Pimentel foi o autor responsável por criar uma das primeiras personagens tradicionalmente brasileiras: Dona Carochinha como supracitado.

Sobre a obra infantil de Figueiredo Pimentel, Coelho (1984) assegura que mesmo tendo ele traduzido e adaptado histórias de outros países ao cenário brasileiro (isto é, não tendo criado histórias), foi o primeiro autor a publicar livros que não eram de literatura escolar, mas a leitura de entretenimento infantil; livros para “[...] leitura de diversão, destinada a crianças, fora, portanto, do objetivo fundamental de ‘leitura escolar’” (COELHO, 1984, p. 347). O pioneirismo do autor foi atribuído, portanto, ao fato de ele ser o primeiro autor que se desviou do ramo dos livros de literatura escolar e se aproximou da área de literatura infantil.

Apesar do valor e do peso inestimável que as obras de Pimentel exerceram no que cerne à construção da literatura infantil brasileira,

Cavalheiro (1962) analisa os textos com fundo folclórico, cujo principal representante é Figueiredo Pimentel.

[...] literatura infantil praticamente não existia entre nós. Antes de Monteiro Lobato havia tão-somente o conto com fundo folclórico. Nossos escritores extraíam dos vetustos fabulários o tema e a moralidade das engenhosas narrativas que deslumbraram e enterneceram as crianças das antigas gerações, desprezando, frequentemente, as lendas e tradições aparecidas aqui, para apanharem nas tradições europeias o assunto de suas historietas. É o caso, por exemplo, dos *Contos da Carochinha*, de Alberto Figueiredo Pimentel, aparecido em 1896. [...]. E se pouco ou nada de original escreviam, as traduções eram também raras e irregulares (CAVALHEIRO, 1962, p. 144).

A partir da análise supracitada, verificamos que os livros de leitura de fundo folclórico, portanto, não eram originais e nacionais. Segundo o autor, esses textos não passavam de cópias de textos publicados na Europa, trazidos ou adaptados no Brasil, em que a estrutura do texto era a mesma. A principal crítica do autor diz respeito ao fato de os autores brasileiros não adotarem as tradições folclóricas do Brasil para produzirem suas histórias. Portanto, Cavalheiro (1962) considera que as produções de textos infantis no Brasil eram imitações dos textos europeus. Logo, apesar do peso das obras de autores como Figueiredo Pimentel, esses textos não refletiam as tradições populares brasileiras e, por isso, não eram consideradas originais.

Na linha das traduções está João Ribeiro (1860-1934), que traduziu o famoso livro de Edmond de Amicis, *Cuore* (1891), ou *Coração*, livro infantil italiano. O livro teve grande sucesso no Brasil, apesar de ser uma história cujas cenas eram de outro país e suas personagens tipicamente italianas em nada tinham em comum com o Brasil.

Coelho Neto é um reconhecido autor que publicou livros dos mais diversos gêneros. Foi autor de livros infantis, como *Teatrinho* (1905) e em parceria com Olavo Bilac, publicou *A pátria brasileira* (1910), *Contos Pátrios* (1904), *A Terra Fluminense* (1898). Olavo Bilac é outro autor de destaque no Brasil. Além dos livros publicados

com Coelho Neto, publicou outros livros como o *Livro de Composição* (1899), *Teatro Infantil* (1905) e *Lições de História do Brasil* (1918). Escreveu poesias reunidas no livro *Poesias Infantis* (1904) e traduziu o livro *Juca e Chico* (1915), de Wilhelm Busch (1832-1908). O livro de maior repercussão do autor, que marcou o “[...] lento processo de evolução do livro destinado às crianças” (COELHO, 1984, p. 348), resistindo ao tempo de toda a vasta produção da fase da literatura escolar é *Através do Brasil* (1910), escrito em parceria com Manuel Bonfim (1868-1932), (Arroyo, 1990).

Francisca Júlia da Silva publicou um livro de poesias infantis, denominado *Alma Infantil* (1912), com seu irmão Júlio César da Silva (1872-1936). Esse livro, apesar de não fazer menção à pátria, dedica-se a transmitir valores e regras essenciais a República. Antes dele, publicou, seguindo a mesma linha, o *Livro da Infância* (1899). Assim como Francisca Júlia, Zalina Rolim (1869-1961) incluiu poesias em seu livro *Coração* (1893). Publicou, em 1903, o *Livro da saudade* e o *Livro das Crianças* (1897), fruto de um plano em parceria com João Kopke (1852-1926).

João Kopke, importante figura da educação brasileira, deixou sua carreira de médico para tornar-se educador, escreveu uma série de livros na linha didática e criou uma escola em São Paulo no ano de 1885, nela lecionaram Caetano de Campos (1844-1891) e Rangel Pestana (1839-1903). Seus livros são: *Série Rangel Pestana; Fábulas* (em versos), *Leituras Práticas* (rudimentos de ciência); *História de Crianças e Animais* (1º Livro de Leitura); *História de Meninos na Rua e na Escola* (2º Livro de Leitura); *Histórias que a Mamãe Contava* (3º Livro de Leitura).

Por último, Tales de Andrade (1890-1977) publica *A Filha da Floresta* (1918). No ano seguinte publica o seu livro mais conhecido, *Saudade* (1919), “[...] livro de ternura e sentimento, onde a beleza e a poesia da vida campestre é uma exaltação a Natureza” (CARVALHO, 1982, p. 129). Outros títulos publicou, como *Bem-te-vi Feiticeiro*, *Árvores Milagrosas*, *Caminho do Céu*, *Flor de Ipê*, *O Pequeno Mágico*, *El Rei Dom Sapo*, entre outros.

Em se tratando da história da literatura infantil brasileira, as obras de Tales de Andrade correspondem a um enorme avanço em relação aos antigos textos elencados até aqui, tanto no que diz respeito à originalidade do texto, à função da

obra, ao seu destino, à linguagem, ou quanto ao conteúdo. O autor elaborou obras novas, para o entretenimento infantil e o seu destino não era mais a escola, isso é, não eram textos de literatura escolar. Além disso, as obras de Tales de Andrade merecem destaque quando se trata da originalidade de seus textos e do fato de que ele traz à tona elementos do nosso país, como o campo, e histórias com paisagens e personagens tipicamente brasileiras. O autor elaborou, portanto, uma literatura original (criada por ele) e com elementos brasileiros, como as crianças do país não haviam encontrado.

Prevalecem nas obras de Tales de Andrade, temas e valores de caráter nacionalista e patriótico. Seus livros estão na mesma linha dos autores de textos de leitura escolar, que buscaram exaltar as coisas da nossa terra e idolatrar a pátria, sentimentos necessários para a criação de uma tradição coletiva, de padronização da nação e de homogeneização dos cidadãos de um país plural. Apesar dos temas seguirem a mesma linha, como já mostrado, o destino das obras era diferente e, por isso, a função dos textos também, o que nos evidencia a grande diferença das obras de Tales de Andrade dos demais autores de obras infantis de seu período.

É necessário fazer menção a alguns livros de leitura infantil que, ao contrário dos de Thales de Andrade, eram livros para leitura escolar, que não faziam referência à pátria, nem exaltavam a nação, como era um costume na época. Hansen (2007) cita o *Livro de leitura* (1901), de Manuel Bonfim de Olavo Bilac; *Teatro Infantil* (1905), de Bilac e Coelho Neto; *Contos Infantil* (1886), escrito por Júlia Lopes e Adelina Lopes; e *Era uma vez...* (1917), de Adelina Lopes. No entanto, esses livros eram exceção nesse contexto.

Para finalizar o panorama de obras infantis dos primeiros anos da República, Cavalheiro (1962) contribui pontuando alguns títulos em circulação que eram consideradas obras infantis e adjetivadas como “recomendáveis”: *O Menino da Mata e o seu Cão Pilôto*, *A Princesa Magalona*, *A verdadeira História da Imperatriz Porcina*, *A Pequena Dor*, *A Verdadeira História de Santa Genoveva*. Esses livros, porém, “[...] quase sempre, eram de autores franceses, traduzidos e publicados em Portugal” (CAVALHEIRO, 1962, p. 145). Por serem livros estrangeiros que foram traduzidos para o português de Portugal, os vocábulos eram distintos do português brasileiro, o que dificultava a leitura das crianças.

Apresentamos nesse tópico alguns dos livros publicados no período que, de certa forma, nos mostra o caráter patriótico e ufanista da literatura infantil nos primeiros anos do regime republicano. Especialmente, eram essas obras que “[...] estavam disponíveis para a leitura da infância brasileira, em particular daquela infância que, frequentando escola, preparava-se para ser o amanhã deste país [...]” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1999, p. 30).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até o final da década de 1910, esse foi o panorama geral da literatura infantil brasileira: obras infantis ligadas, em sua maioria, à escola republicana para consolidação de um novo regime político. Ao fazer uso dos materiais para leitura infantil na escola, buscava-se educar a criança brasileira com valores morais e cívicos.

Os laços da literatura infantil com a escola foram indicados antes: ambas são alvo de um incentivo maciço, quando são fortalecidos os ideais da classe média. Para esse grupo, a educação é um meio de ascensão social, e a literatura, um instrumento de difusão de seus valores, tais como a importância da alfabetização, da leitura e do conhecimento (configurando o pedagogismo que marca o gênero) e a ênfase ao individualismo, no comportamento moralmente aceitável e no esforço pessoal. (LAJOLO, ZILBERMAN, 1999, p. 76).

Essa característica que a literatura infantil brasileira assumiu, desde o final do século XIX, começou a passar por uma mudança significativa nos primeiros anos da década de 1920, quando Monteiro Lobato (1882-1948) iniciou a produção de sua obra literária infantil que até hoje posiciona o autor como um dos maiores autores de literatura infantil do país. Lobato criou obras desvinculadas da escola, mas que não deixavam de educar. Ao contrário, de forma divertida e atípica, o autor introduziu conteúdos que eram considerados importantes para o autor, como a história do Brasil e do mundo e temas relacionado a física, química e astronomia.

O autor escreveu uma saga, totalizando quinze livros, cujas histórias aconteciam no famoso Sítio do Pica-Pau Amarelo. Suas personagens, Dona Benta, Tia Nastácia, Pedrinho

e Narizinho, figuravam aventuras com seres imaginários, como Emília (a boneca de pano) e Visconde de Sabugosa (o sábio feito de espiga de milho); animais, como Rabicó (o leitão guloso) e o Príncipe Escamado (um peixe da realza do oceano); e personagens do folclore brasileiro, como o Saci Pererê.

Esses e muitos outros personagens do Sítio tinham características bem brasileiras. Essa era uma preocupação de Monteiro Lobato: destacar as características do cenário e do povo do seu país. Sua intenção, no entanto, não era meramente exaltar a pátria e o meio rural, que ocupava a maior parte do espaço geográfico brasileiro, mas que, aos poucos, iria abrindo espaço para os centros urbanos, como São Paulo. Sua intenção era mostrar e valorizar as inúmeras características brasileiras que, para ele, mereciam ser reconhecidas pelo povo brasileiro desde a infância.

Lobato tinha um compromisso com a verdade e com a “[...] exata compreensão dos nossos problemas, a valorização das coisas brasileiras” (CAVALHEIRO, 1962, p. 155). Nesse sentido, toda representação das coisas brasileiras, segundo Lobato, que deformavam e eram vistas com olhos romantizados, otimistas, patrióticos e ufanistas estavam na contramão dos seus ideais. Por isso, Lobato se preocupou em nacionalizar e valorizar tudo que fosse do Brasil, sejam as artes, a política, ou a vida social (MARTINELLI, 2014). Suas ideias ficaram expressas em suas obras infantis, por meio de seus personagens, do cenário e do modelo de escola que o autor ilustrou. Nessa escola, Dona Benta era “[...] a proprietária, a professora ideal, e os alunos, os moradores do sítio” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1999, p. 76). Esse modelo de escola criado por Lobato mostra, segundo Lajolo e Zilbeman (1999), a aversão do autor pela instituição tradicional de ensino e a apresentação de um modelo de escola considerada adequada ao Brasil.

Nesse sentido, durante a década de 1920, Monteiro Lobato iniciou sua produção literária infantil, que se consolidou na década de 1930, década da publicação de seu primeiro livro infantil, *Reinações de Narizinho* (1931), e se manteve até da década de 1940. O autor, dessa forma, foi protagonista nesse momento da história da literatura infantil brasileira, pois encerrou um ciclo da produção de livros infantis ligada à escola e a perpetuação de valores republicanos e a

abertura de uma nova fase da literatura infantil brasileira do qual ele foi o principal responsável.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Bárbara Vasconcelos de. **A literatura infantil: visão histórica e crítica**. São Paulo: Edart, 1982.

CAVALHEIRO, Edgard. **Monteiro Lobato – vida e obra**. Vol. 1, São Paulo: Brasiliense, 1962.

COELHO, Nelly Novaes. **A literatura infantil: história, teoria, análise: das origens ocidentais ao Brasil de hoje**. 3ª ed. São Paulo: Quiron, 1984.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **Literatura infantil brasileira: história & histórias**. São Paulo: Ática, 1999.

LEMME, P. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e suas repercussões na realidade educacional brasileira. **Revista Brasileira Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 86, n. 212, p. 163-178, jan./abr. 2005.

ROSSI, Ednéia Regina. O projeto da educação da modernidade e a constituição da identidade da nação brasileira na Primeira República (1889-1929). In: ROSSI, Ednéia Regina; RODRIGUES, Elaine; NEVES, Fátima Maria (Org.). **Fundamentos históricos da educação no Brasil**. Maringá: EDUEM, 2006.

SOUZA, Rosa Fátima. Espaço da educação e da civilização: origens dos Grupos Escolares no Brasil. In: ALMEIDA J. S de; SAVIANI, D.; SOUZA, R. F de; VALDEMARIN, V. **O legado educacional do século XIX**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. ps. 35-83.

SOUZA, Rosa Fátima. Lições da Escola Primária. In: ALMEIDA J. S de; SAVIANI, D.; SOUZA, R. F de; VALDEMARIN, V. T. **O Legado Educacional do Século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004 (Coleção Educação Contemporânea), p. 109-161.

VALDEMARIN, Vera Teresa. Os sentidos e a experiência: professores, alunos e métodos de ensino. In: ALMEIDA J. S de; SAVIANI, D.; SOUZA, R. F de; VALDEMARIN, V. T. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. ps. 163-185.